

# O CONCILIADOR NOS JUIZADOS FEDERAIS

Adel Americo Dias de Oliveira

Juiz Federal da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, Especialista e Mestrando em Administração do Poder Judiciário. FGV/Rio, Professor da Esmafe/RS.

SUMÁRIO: Resumo. Introdução. 1 Gênese dos Juizados. 1.1 Juizado Estadual. 1.2 Juizado Federal. 2 O início. 2.1 Demanda criada. 3 O Juiz. 4 O e-proc. 5 Juízes leigos e Conciliadores. 5.1 Resolução 54 de 28 de Novembro de 2001. 5.2 Seleção dos Conciliadores. 5.3 Evolução Normativa. 5.4 Realidade atual. Conclusão.

## RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar a posição *sui generis* que ocupam os Conciliadores na realidade judiciária especialmente no âmbito da Justiça Federal da quarta região.

Para tanto, faz-se uma análise da situação do Poder Judiciário após a redemocratização do país e a necessidade de se dotar este ramo do poder central de instrumental adequado para dar vazão às necessidades de uma cidadania por décadas reprimida.

As dificuldades da Magistratura para enfrentar os novos desafios. Um modelo antigo de formação que não consegue mais atender os reclamos sociais e a perplexidade destes profissionais diante da nova realidade.

A possibilidade de com interpretação tecnicamente adequada, conceder uma eficácia maior aos comandos legais, superando-se assim um viés conservador e autoritário de alguns seguimentos do Poder Judiciário.

## INTRODUÇÃO

Considerando o poder como uno e o executivo, legislativo e judiciário como seus ramos, não é temerário afirmar que o seguimento judiciário foi aquele que estava menos preparado para as mudanças ocorridas na sociedade brasileira após a redemocratização do país.

Verticalizado e autoritário o Judiciário brasileiro sempre teve uma enorme dificuldade em se abrir para inovações. Além disso, as diversas corporações que nele tem sua razão de existir, constantemente estão em atrito, o que dificulta a tomada de decisões que objetivem aumentar a eficiência e diminuir custos.

Assim, o advento de uma legislação simplificadora de procedimentos, principalmente com aplicabilidade à Justiça Federal deve ser saudada como alvissareira e indicadora dos novos tempos.

A postura algo corajosa de alguns Magistrados que ao fazer uma leitura pragmática da nova legislação, visando otimizar os escassos recursos humanos e materiais para, de forma mais expedita, prestar jurisdição a quem precisa, deve ser avaliada como digna de nota pelos estudiosos do direito público.

Seguramente o que mais desgasta a figura institucional do Magistrado e do Poder Judiciário frente a opinião pública é a excessiva lentidão dos processos. Aguardar cinco, dez ou mais anos por uma decisão judicial, além de ferir a Carta Magna é uma afronta aos princípios mínimos de cidadania e humanidade.

Tristemente a preocupação com o jurisdicionado ainda não alcançou alguns importantes gabinetes do Judiciário que ainda vêm a prestação jurisdicional com um fim em si mesmo ou no máximo como esteio para vaidades pessoais.

O procedimento dos juizados especiais, veio demonstrar que é possível realizar uma justiça, digna, justa, rápida e por um custo admissível, bastando para tanto vontade política para fazê-lo.

## 1 GÊNESE DOS JUIZADOS ESPECIAIS

O binômio certeza e presteza jurisdicional têm sido nos últimos vinte anos no Brasil, o principal motivador para as alterações legislativas voltadas ao processo e ao procedimento.

A busca de uma justiça mais rápida, mas sem perder a capacidade de decidir bem é um desafio para todos quanto tem se debruçado sobre este tema.

Muitos são os caminhos apontados por especialistas para resolver o problema como, por exemplo, simplificação dos procedimentos, a custa de uma redução na possibilidade de produção de prova, pelo menos para algumas modalidades de ações; redução do número de recursos; imposição de depósito recursal, fase pré-judicial em busca de conciliação entre outros.

Diversas iniciativas para a simplificação processual têm sido barradas no Congresso Nacional pela permanente disputa corporativa entre a Magistratura, Advocacia, Membros do Ministério Público e até representantes das Polícias. Todos receosos de perder ou ver diminuída a sua representatividade.

Tudo isso é fruto de uma nova e ágil realidade social que desde a penúltima década do Século XX, vem exigindo não só do Judiciário Brasileiro, mas de um modo geral de todos os Judiciários do Mundo Ocidental, mais efetividade na solução dos conflitos.

Na realidade o que se observa é a incapacidade do Estado, por qualquer dos ramos do Poder, responder as exigências de uma sociedade multicultural e impaciente para aguardar os demorados ritos do processo tradicional.

Essas circunstâncias são mais agudas no Brasil, após a redemocratização do país o Poder Judiciário recuperou sua importância social e passou a ser significativamente procurado pela nova cidadania que surgiu.

A verdade é que o país encontrou este seguimento do Poder, o Judiciário, despreparado para as novas exigências e impregnado por uma cultura de distanciamento do cidadão e bastante refratário a críticas e aperfeiçoamentos.

O legislador constituinte de 1988, ciente das dificuldades do Poder Judiciário em dar uma resposta rápida e efetiva aos cidadãos e compreendendo as limitações orçamentárias que impediam e impedem o crescimento permanente da máquina pública, buscou através da simplificação procedimental, dotar o Judiciário de instrumental adequado para fazer frente à plethora de novos feitos.

Assim, a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 98, inciso I, criou os juizados especiais que, providos por juízes togados e leigos, devem conciliar, julgar e executar as causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.

### 1.1 Juizado Estadual.

A regra do Artigo 98 da Constituição Federal foi inicialmente pensada para atender as demandas que alcançavam os balcões das varas da Justiça Estadual e a Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995 que lhe concedeu eficácia foi no mesmo sentido.

Elaborada com a intenção de solver querelas patrimoniais entre particulares, o novel diploma na época foi revolucionário.

Inspirada em experiências levadas a efeito no Rio Grande do Sul e Minas Geras com os denominados Juizados de Pequenas Causas, a nova legislação sustenta-se nos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando sempre a conciliação ou a transação.

Esta nova lei, de fato, foi a primeira tentativa efetiva do legislador federal desde a edição do CPC de 1973 em buscar solução quanto à morosidade na prestação jurisdicional, utilizando-se da simplificação procedimental.

Limitando o valor da causa a 40 salários mínimos, permitindo o auxílio de conciliadores e juízes leigos e concentrando a prática dos atos processuais, seguramente, o legislador criou uma ferramenta que o trabalho forense viria a desenvolver e aperfeiçoar.

Contudo, como dito alhures, esta lei é destinada a solver questões de natureza patrimonial entre particulares e surgiu o entendimento de que para a sua aplicação à justiça federal, necessário a previsão constitucional.

Assim, a EC 22 de março de 1998 agregou ao Artigo 98 da CF, um parágrafo que dispunha sobre a criação dos juizados especiais no âmbito federal.

## 1.2 Juizado Federal.

Após a promulgação da referida emenda foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei 10.259 de julho de 2001 que, em seu Artigo primeiro instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Federal e declarou expressamente que em sua eventual omissão deveria ser aplicada de forma subsidiária a Lei 9.099, de setembro de 1995.

A importância deste diploma procedimental pode ser aquilatado pelo fato de nas ações limitadas a 60 salários mínimos a União e seus entes passarem a ser demandados em juízo sem qualquer privilégio, inclusive quanto a prazos processuais, sendo que eventuais créditos serão pagos por requisição de pequeno valor em até 60 dias após o trânsito em julgado da decisão judicial.

A circunstância do ente público ser demandado em juízo com paridade de armas ao cidadão comum e a possibilidade do pagamento ocorrer de forma expedita sem a demora do procedimento do precatório, são elementos basilares do procedimento do Juizado no âmbito Federal que o diferenciam do seu irmão Estadual.

## 2 O INÍCIO

Os Juízes Federais com competência criminal, desde 1995 aplicavam a Lei 9.099/95 em seu aspecto criminal, ou seja, os conceitos de crime de pequeno e médio potencial ofensivo já recebiam guarida no seio da Justiça Federal.

Contudo foi somente com a nova lei que as demais áreas da jurisdição federal, passaram a contar com este novo procedimento.

### 2.1 Demanda Criada.

Inicialmente a competência dos juizados federais foi limitada à matéria previdenciária por ato do Conselho da Justiça Federal que acolheu faculdade prevista no Artigo 23 da Lei 10.259/01.

Posteriormente, a competência foi ampliada, alcançando-se a plenitude prevista na lei de regência.

No âmbito da quarta região, o Tribunal Regional Federal passou a implantar varas de Juizado com competência previdenciária a partir de janeiro de 2002. Nas subseções com mais de uma vara, sempre que possível, converteram-se varas com jurisdição comum já existentes em varas de juizado com competência exclusiva, onde isso não foi possível, varas já existentes passaram a cumular competência com o Juizado.

Esta especialização que na quarta região já possuía um importante precedente com a especialização de varas comuns em matéria previdenciária, mostrou-se mais uma vez acertada visto a demanda de feitos que vieram a aportar nas varas federais.

Após um breve início vacilante, quando os operadores do direito ainda estavam se adaptando à nova realidade, o incremento de processos foi uma resposta saudável da cidadania que via até então, passados mais de 10 anos da promulgação da Constituição, seus reclamos não tendo a receptividade necessária na Justiça Federal.

Certo que um significativo percentual destes feitos surgiu pela facilidade em se ajuizar uma ação, visto a desnecessidade de Advogado no primeiro grau de jurisdição e a inexistência de custas. Ainda assim, o elevado número de ações julgadas procedentes e confirmadas pelas Turmas Recursais, principalmente na seara previdenciária, está em demonstrar a necessidade e importância deste procedimento.

A exemplificar esta inflação processual temos a antiga Terceira Vara Cível da sub-seção de Novo Hamburgo/RS que em abril de 2002, quando por ato do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi transformada em Vara do Juizado Especial Previdenciário, possuía em tramitação cerca de sete mil processos que foram integralmente redistribuídos para a Primeira e Segunda Varas Cíveis da mesma sub-seção.

Transcorridos pouco mais de 14 meses daquela mudança, referido juízo recebeu conforme dados do SIAPRO (Sistema de Acompanhamento Processual da Justiça Federal da Quarta Região) o total de 10.817 processos e em Junho de 2004, ou seja, dois anos após a transformação possuía em tramitação 13.258 feitos.

O ápice contudo veio a ocorrer em Outubro de 2005 com mais de 22 mil processos em tramitação. Situação que não foi exclusiva daquele Juízo, repetindo-se em diversos locais da quarta região da justiça federal.

Importante destacar que o advento do Juizado Federal para a instituição Justiça Federal foi importante para demonstrar aos seus gestores em primeiro lugar e para a sociedade em geral o alcance social e a necessidade deste seguimento do Judiciário se tornar acessível a todos.

Conhecida como um seguimento elitizado do Poder Judiciário, foram os Juizados quem trouxeram para a Justiça Federal o choque de realidade social que este serviço público tanto precisava para amadurecer e justificar sua própria existência perante a sociedade civil.

### 3 O JUIZ

Figura central na condução do processo, o Juiz do Juizado Especial Federal, ocupa posição peculiar no sistema e a sua postura profissional frente a este desafio poderá ser decisiva para o sucesso ou não dos Juizados.

Já com CPC de 1973 o legislador atribuiu ao Juiz uma posição pró-ativa quanto à condução do processo e à produção de provas. Apesar da possibilidade legal, poucos eram os Magistrados que efetivamente atuavam de forma efetiva para suprir eventuais falhas das partes na defesa de direitos. Esta posição algo conservadora era e é fruto do receio do Juiz de ser acusado de parcial e, portanto, impedido de julgar a causa que lhe é submetida e ainda de uma cultura tradicional nas Escolas de Direito de colocar o Estado – Juiz acima e além das partes.

Contudo, na seara dos Juizados Especiais como um todo, a mudança de paradigma na postura do Juiz se faz necessária por força dos princípios que regem este procedimento que, como mencionados antes, são a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

No âmbito dos Juizados Federais esta mudança de atitude se faz ainda mais necessária pois a presença do ente público na relação processual, produz situações próprias que a Lei 10.259/01 ou a Lei 9.099/95 não preveem solução e precisam, antes de tudo, do bom senso do julgador.

O Juiz do Juizado Federal deve estar aberto para inovações de toda ordem. Deve buscar resolver os “gargalos” na tramitação do feito dentro

da Secretaria do seu Juízo e ir além, mantendo contato direto com os representantes das instituições públicas que são parte dos feitos em que atua.

Pouco adianta um processo obter sentença de procedência com trinta dias de tramitação se a decisão que determinou a implantação do benefício em antecipação de tutela, somente foi cumprida em seis meses.

A maioria dos Magistrados por hábito ou excesso de trabalho não acompanham a tramitação do feito após proferir sentença e muitas vezes as maiores dificuldades de tramitação ou perda de tempo se dão após o julgamento de primeiro grau e antes de eventual reexame da matéria pela Turma Recursal. Por isso a importância de se criar parâmetros de acompanhamento dos feitos em suas diversas fases como já desenvolvido pela Coordenadoria dos Juizados Federais da Quarta Região com o apoio de Juízes com jurisdição nesta área.

## 4 O E-PROC

Instituído pela Resolução número 13 de Março de 2004 do Tribunal Federal da Quarta Região o processo eletrônico ou e-proc na realidade é um sistema operacional que utiliza a rede mundial de computadores (web) como uma nova forma de apresentação do processo.

Não se trata de um processo digital que pressupõe a existência de documentos criados apenas na forma digital e assegurados pelo sistema brasileiro de chaves públicas. No denominado e-proc os documentos que instruem o processo, inclusive as peças desenvolvidas pelas partes, existem fisicamente e são convertidas para arquivos eletrônicos mediante a utilização de um scanner.

O e-proc foi instalado inicialmente na vara do juizado especial de Rio Grande e após um período de testes, foi paulatinamente sendo implantado em todos os Juizados da Justiça Federal da Quarta Região. No primeiro momento, a aplicabilidade do sistema ficou restrita aos processos sem dilação probatória, posteriormente por ato da Coordenadoria dos Juizados Especiais, órgão do Tribunal Regional Federal, foi estendido para todos os tipos de processo.



Fruto de grandes controvérsias entre os operadores do Direito, o e-proc possui duas grandes e inegáveis qualidades que são a economia de gastos e o aumento da celeridade no andamento processual.

Contudo as críticas são em maior número e podem ser exemplificadas: a) dificuldade de operacionalização; b) excessivo desgaste físico por parte, principalmente, de Juízes e Servidores; c) possibilidade de fraude, não há checagem quanto à autenticidade dos documentos “escaneados”; d) limitações técnicas que violam as regras do CPC impedindo a utilização do instrumental recursal adequado, visto a utilização subsidiária do CPC no sistema dos juizados.

Curioso que somente com a edição da Lei 11.419 de Dezembro de 2006 é que os atos praticados por via eletrônica passaram a ter base legal. já que, até então, esta ferramenta era sustentada por uma mera Resolução da Corte Regional.

Observe-se a preocupação do legislador em prever a chancela aos atos pretéritos no Artigo 19 da mencionada lei: “Ficam convalidados os atos processuais praticados por meio eletrônico até a data de publicação desta lei, desde que tenham atingido sua finalidade e não tenha havido prejuízo para as partes.”

Se os atos processuais praticados por via eletrônica – sentenças, acórdãos – antes da edição da lei fossem válidos, não haveria necessidade da manifestação expressa do legislador sobre eles. Na realidade a lei veio ratificar e cobrir com o manto da legalidade atos que foram praticados ao arrepio da lei, desde a edição da Resolução 13 de Março de 2004 até a entrada em vigência da Lei 11.419 que ocorreu em Março de 2007.

## 5 JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES

Aspecto que tem alcançado enorme controvérsia no âmbito dos Juizados Especiais Federais e é objeto principal deste opúsculo são os Conciliadores.

Na realidade devemos buscar na Lei 9.099/95 em seu Artigo 7 quem é esta personagem, diz referida norma que “Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente,

entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 (cinco) anos de experiência.”

Conciliadores e Juízes leigos podem realizar a conciliação nos termos do Artigo 22 da lei em comento, contudo, se inalcançável a conciliação e as partes optarem pelo juízo arbitral, somente o Juiz leigo poderá exercer a função de árbitro.

Também é função do Juiz leigo dirigir a instrução e decidir a querela, submetendo ao Juiz togado sua decisão que somente se for homologada por este, passará a ter validade como ato judicial.

Percebe-se claramente que a visão do legislador de 1995 era a de criar Juizados em que o Juiz de carreira exerceria uma função de coordenação e as funções conciliatórias e instrutórias passariam a ser de seus auxiliares.

A intenção clara era maximizar a capacidade de trabalho do Magistrado com a delegação de funções que em princípio seriam prerrogativas da Magistratura de carreira.

Não havia como não há nessa opção do legislador, qualquer pretensão em diminuir a função constitucional do Magistrado de carreira, até porque as decisões, todas, precisam da sua homologação. O que se buscou foi permitir que um mesmo Juizado, atue com um número indefinido de conciliadores e Juizes leigos que poderão, dentro dos limites materiais, agilizar a resolução de inúmeros conflitos, deixando ao Juiz togado mais tempo para se dedicar a questões de maior envergadura.

### **5.1 Resolução 54 de novembro de 2001.**

Se assim é na Justiça Estadual, particularidades existem no Juizado Federal instituído pela lei 10.259/01 que merecem ser observadas.

A começar pelo valor da causa que na área federal é de 60 salários mínimos e na estadual limita-se a dois terços deste valor. Outro aspecto é a possibilidade do Magistrado de Juizado da Justiça Estadual, alegando complexidade da demanda, declinar o exame da causa para uma vara comum, o que não ocorre nas ações que tramitam no juizado federal.

Ciente destas circunstâncias o Tribunal Regional Federal da 4a Região em 28 de Novembro de 2001 editou a Resolução n.54 com o objetivo de estabelecer normas para o funcionamento dos Juizados Especiais Federais da Justiça Federal da 4a Região e que em seu Artigo 8 preconiza que: “Os conciliadores, em número compatível com o movimento forense, terão função específica de promover a conciliação entre as partes ou, se ela não for possível, ordenar e acompanhar os atos de instrução, e serão designados pelo juiz presidente do Juizado, com mandado de dois anos, admitida recondução, recrutados, preferencialmente, entre bacharéis em direito, de reputação ilibada.”

O silêncio da Resolução 54 em relação aos Juízes leigos é explicado pelo fato de que a Lei 10.259/01 não previu expressamente sua existência para os Juizados Federais. Esta omissão foi fruto de uma visão equivocada nos líderes associativos da entidade de classe nacional dos juizes federais à época da elaboração da lei e que temiam um esvaziamento da função jurisdicional do magistrado federal togado.

Atualmente o Projeto de lei 7087/06 que se encontra em tramitação na Câmara Federal a fim de atualizar a legislação dos Juizados Federais suprime esta lacuna.

Verdade que o diploma legal não veda a figura do Juiz leigo no Juizado Federal e o Artigo primeiro da lei de regência permite esta interpretação, porém, visto a importância do assunto, melhor que seja logo explicitada a possibilidade pelo legislador.

Observe-se que o Artigo 8 acima mencionado fala em “ordenar e acompanhar os atos de instrução” e que a Lei 9.099/95 em seu Artigo 37 afirma que a” ....instrução poderá se dirigida por juiz leigo, sob a supervisão de juiz togado.”

Parece razoável afirmar que quem ordena um ato, dirige este ato, portanto a ordenação faz parte da direção da instrução que poderá ser realizada por Juiz leigo.

Porém, a Resolução se dirige aos Conciliadores, único auxiliar expressamente criado pela Lei 10.259/01 em seu Artigo 18, atribuindo-lhe função que em princípio somente poderia ser executada por Juiz leigo.

Contudo esta aparente contradição pode ser superada com o entendimento, antes mencionado, de que a não vedação explícita ou implícita do uso de Juiz leigo nos Juizados Federais não impede que alguma de suas atribuições, a menor delas diga-se de passagem, possa ser exercida pelo Conciliador, visto o poder regulamentador que o legislador atribuiu no caso ao Conselho da Justiça Federal e aos Tribunais Regionais Federais.

A experiência tem demonstrado que naqueles Juizados Federais em que a demanda de ações concessivas de benefício, principalmente onde existe contagem de tempo rural, nas quais a presença da prova testemunhal ocorre em maior número é fundamental para agilizar a tramitação dos feitos, a presença do Conciliador.

São milhares de ações com milhares de audiências onde são ouvidas no mínimo três testemunhas em cada ocasião. A multiplicação destes atos e sua repetição, fatalmente, jogam a pauta destes juízos para períodos, muitas vezes, superiores a um ano e somente a presença desses auxiliares é que podem viabilizar o trabalho.

Como visto alhures um dos princípios norteadores dos Juizados é a celeridade. Esta deve ser obtida com a utilização do instrumental necessário para a sua consecução. Evidente que o uso do Conciliador, não exime de responsabilidade o Magistrado pela prova produzida em audiência e nem é motivo para que o Juiz togado não esteja presente fisicamente no Foro quando da realização das oitivas, pelo contrário, ainda que não fisicamente presente em audiência é importante que em sendo chamado para dirimir qualquer dúvida, prontamente possa fazer o atendimento.

## **5.2 Seleção dos Conciliadores.**

Questão de grande relevância a que se deve ater o Magistrado Presidente do Juizado Federal é a forma de seleção dos Conciliadores. A legislação exige que sejam selecionados preferencialmente entre bacharéis em Direito.

Como estes Conciliadores em princípio, realizam atos de ordenação da instrução, seria interessante que possuísssem como os Juízes leigos, pelo menos cinco anos de experiência.

A realidade, contudo, muitas vezes não oportuniza que na subseção onde localizado o Juizado, existam profissionais com este perfil, por isso é interessante que Servidores do Juízo, devidamente treinados possam realizar este mister.

Alternativamente em juízos pouco providos de Servidores a opção é a utilização de ex-estagiários que por já terem trabalhado no Juizado, são conhecidos do Magistrado e também têm familiaridade com as demandas em tramitação.

O fundamental é que o Conciliador seja pessoa de estrita confiança do Juiz. Esta confiança é importante, pois este auxiliar irá atuar na colheita da prova oral fundamentalmente e precisará estar ciente de sua responsabilidade e seguir estritamente as orientações do Magistrado. Salutar que antes de iniciar sua atividade receba as orientações necessárias e inclusive um rol mínimo de perguntas que deverá fazer para cada testemunha.

Tendo em vista a necessidade desta simbiose entre Juiz e Conciliador é que não se faz razoável uma seleção formal, mediante um simulacro de concurso público que não é apta a selecionar pessoas com o perfil necessário para esta atividade.

Ainda que provas seletivas possam preservar a impessoalidade, princípio constitucional da Administração Pública, certo é que nesta atividade de não remunerada, deve preponderar a experiência e visão do Juiz Presidente.

### **5.3 Evolução normativa.**

Aliás, neste aspecto a Resolução 527 de 19 de Outubro de 2006 do Conselho da Justiça Federal é um raro exemplo de visão administrativa no âmbito da Justiça Federal ao regulamentar a figura do Conciliador, concedendo-lhe poderes instrutórios e possibilitando em seu Artigo 1, §3º a liberdade do Juiz na escolha deste auxiliar. Posteriormente este mesmo Colegiado editou Resolução com teor semelhante que recebeu o número 32 e é datada de 13.11.2008.

Esta regulamentação seguiu a Portaria 02 de 20 de Outubro de 2005 do Coordenador dos Juizados Especiais da 4a Região que regulamentou no âmbito da mencionada região o uso de Conciliadores.

Este diploma administrativo veio a lume em um momento que a utilização do Conciliador, pelo menos no âmbito da 4a Região da Justiça Federal, já era consagrado em diversos juízos como em Novo Hamburgo/RS e Curitiba/PR subseções pioneiras nesta atividade.

Contudo a importância desses regramentos se percebe na medida em que muitos Magistrados, sem este apoio institucional, possuíam receio na utilização desta importante ferramenta de agilização processual.

Evidente que com a ampliação do uso dos Conciliadores, houve um incremento no andamento dos feitos e isso veio a repercutir nas diversas Procuradorias Federais, principalmente naquela vinculada à instituição mais demandada perante os Juizados que é sem dúvida o Instituto Nacional do Seguro Social.

Assim, através do Procedimento de Controle Administrativo n. 453 a União dos Advogados Públicos Federais do Brasil requereu junto ao Conselho Nacional de Justiça a revogação parcial da Portaria e Resolução antes mencionadas.

O Relator Conselheiro Douglas Alencar Rodrigues em seu voto, após considerar louvável a preocupação com a celeridade na tramitação das ações perante os Juizados Especiais acolheu a pretensão e arrimado em argumentos relacionados aos princípios da jurisdição (indelegabilidade, da inevitabilidade, da indeclinabilidade, da inércia, da investidura, do juízo natural e da aderência), além dos princípios constitucionais do devido processo legal, do juízo natural, do contraditório e da ampla defesa foi acompanhado pela maioria dos Conselheiros.

Posteriormente, acolhendo pedido da Associação Nacional dos Juizes Federais a decisão teve sua eficácia postergada em 120 dias para que os Magistrados pudessem adequar suas pautas.

Finalmente o Plenário do CNJ referendou decisão de sua Presidente que em 18 de Dezembro de 2007 prorrogou por seis meses a possibilidade de utilização do Conciliador pelos Juizados Federais, prorrogação esta que foi renovada em Junho de 2008 por igual período. Na esteira desta renovação é que o CJF editou em novembro de 2008 a resolução nº 32 antes mencionada e que reforça a possibilidade da utilização de Conciliadores no Juizado e torna cristalina a divergência administrativa que existe sobre a matéria no âmbito daqueles colegiados.

## 5.4 Realidade atual.

Diz o Artigo 103 B da Constituição Federal em seu parágrafo 4º que: “Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.”

O Conselho Nacional de Justiça incluído em nosso ordenamento jurídico constitucional pela Emenda Constitucional n 45 de Dezembro de 2004, agregou, como órgão do Poder Judiciário nova feição a este Poder.

Como instituição nova e que retirou atribuição de diversos órgãos do Judiciário ainda está em busca do melhor caminho para sua atuação, compreensível que sofra críticas de todos os matizes.

A principal, e que não está longe da verdade, é a pretensão de agir de forma algo intervencionista na função jurisdicional. Fato é que em algumas situações é difícil diferenciar ato de natureza administrativa de ato com natureza jurisdicional.

Não é o caso da utilização dos Conciliadores. Aqui se está diante de um ato tipicamente jurisdicional e que somente pode ser atacado pelos recursos judiciais do processo.

Na medida em que a parte entenda ter sido prejudicada pela colheita de prova oral realizada por Conciliador poderá buscar a nulidade ou até declaração de inexistência daquele ato e dos subsequentes. Caberá então ao órgão recursal competente, examinando a existência ou não de prejuízo, anular em parte o processo.

Destaca-se que os Conciliadores na forma que trabalham nos Juizados da quarta região, limitam-se a ouvir testemunhas e reduzir estes depoimentos a termo, sob a supervisão de um Juiz togado. Não decidem sobre qualquer incidente processual ou que ocorra durante a audiência, visto que nestas ocasiões o Magistrado de carreira intervém e toma a decisão.

Aliás, havendo recursos materiais para tanto é possível a realização de diversas audiências ao mesmo tempo, otimizando a solução dos conflitos.

Na leitura do voto condutor da decisão antes mencionada, oriunda do Conselho Nacional de Justiça, o Relator afirma que:” Noto que a Lei 10.259/2001 não previu a figura dos juizes leigos, como fez a Lei 9.099/99, simplesmente porque assim quis o legislador, tanto que admite a figura do Conciliador – mas jamais para cumular funções de juizes leigos.”

Curioso é que a Lei 9.099/95 (não como grafado na citação) tem sua aplicação expressamente permitida pelo Artigo 1º da Lei 10.259/01. Aliás, desnecessária a existência deste comando do Artigo primeiro, porque a legislação que criou os juizados no Brasil é a Lei 9.099/95 e como lei básica do subsistema tem sua normativa aplicada a qualquer outro diploma legal que verse sobre o tema.

Alegar omissão legislativa, quando para otimizar a prestação jurisdicional basta conceder eficácia a dispositivos existentes, é ir de encontro ao direito do cidadão em ver suas demandas rapidamente examinadas pelo Judiciário.

## CONCLUSÃO

Pode-se afirmar, portanto, que: a) a redemocratização do país encontrou o Poder Judiciário despreparado para as novas atribuições; b) as exigências do mundo atual não compactuam com uma postura distanciada da realidade por parte das instituições públicas; c) a criação dos juizados especiais e a sua extensão para a justiça federal foi um passo importante para tornar efetiva a cidadania; d) o Juiz que atua nos Juizados precisa ter uma postura pró-ativa frente à nova realidade, sob pena de vir a ser responsabilizado pelo não funcionamento desta importante ferramenta; e) a forma eletrônica de realizar o processo do juizado não pode ser um entrave para a realização deste processo e nem se tornar mais importante que o feito; f) o arcabouço legislativo permite a utilização dos Conciliadores com funções semelhantes ao dos Juizes leigos; g) considerando-se a demanda de alguns Juizados, o auxílio do Conciliador com a supervisão do Magistrado é fundamental para a razoável duração do processo, concedendo-se efetividade ao disposto no inciso LXXVIII do Artigo 5 da Constituição Federal.



## BIBLIOGRAFIA

SILVA, Antonio F. S. do Amaral; SCHÄFER, Jairo Gilberto. *Juizados Especiais Federais: aspectos civis e criminais*. Blumenau: Acadêmica, 2002.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais: Comentários à Lei 10.259*, de 10.07.2001. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

PARIZATTO, João Roberto. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal*. Ouro Fino: Ed. Parizatto, 2001.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Lei 9.099*, de 26.09.1995. 3. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.